



Imprensa Oficial

Eletrônica da Estância de Atibaia - IOE

Segunda-feira, 1 de março de 2021 - n.º 2294 - Edição Extraordinária - Ano XXIV

Lei Complementar n.º 760, de 29 de setembro de 2017 | www.atibaia.sp.gov.br

esta edição tem 4 páginas

Secretaria de Governo

Memorando nº 12.178/2020

DECRETO Nº 9.470
de 01 de março de 2021

Adota medidas, temporárias e emergenciais, no âmbito da administração municipal, visando a prevenção da COVID-19, e dá outras providências.

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 73 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando que na consonância das regras do Plano São Paulo, impostas pelo Decreto nº 64.994/2020 do Governo do Estado de São Paulo, atualmente o município de Atibaia está classificado na fase LARANJA

Considerando as atuais condições epidemiológicas e estruturais no Município de Atibaia;

DECRETA:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º As medidas, temporárias e emergenciais, no âmbito da administração municipal, visando a prevenção da COVID-19, sem prejuízo das anteriormente adotadas e publicadas por meio dos Decretos nº 9.128/2020 e 9.137/2020, ficam definidas neste decreto.

CAPÍTULO II **DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS**

Art. 2º O funcionamento dos restaurantes, lanchonetes, lojas de

conveniências, bares que servem refeições, cafês e similares, mesmo os instalados no interior de shopping center, mercado e afins, no âmbito do município de Atibaia, poderão exercer suas atividades com atendimento presencial até, no máximo, às 20h00, desde que respeite o alvará de funcionamento e obedeça as seguintes limitações:

- I** - utilizar, no máximo, 40% de sua capacidade de atendimento aos clientes;
- II** - permitir o uso de, no máximo, seis pessoas por mesa;
- III** - proibir o consumo de comida ou bebida no interior e ao redor do estabelecimento após as 20 horas;
- IV** - observar as medidas de natureza sanitárias determinadas pela Secretaria e Saúde para combater a transmissão da COVID-19.

§ 1º Os estabelecimentos descritos no caput deste artigo poderão manter o funcionamento interno até as 22 horas, respeitados os protocolos de combate à COVID-19 e o alvará de funcionamento, unicamente para prestar atendimento ao cliente mediante entrega de embalagem para viagem, pessoalmente ou pelo sistema “drive-thru”, entrega em domicílio (delivery) e/ou atendimento virtual.

§ 2º No período entre as 22h e as 05h, os estabelecimentos descritos no caput deste artigo poderão manter o funcionamento interno, respeitados os protocolos de combate à COVID-19 e o alvará de funcionamento, exclusivamente para prestar atendimento ao cliente mediante entrega em domicílio (delivery), sem atendimento presencial.

§ 3º O estabelecimento que tenha alvará de autorização para música ao vivo, poderá tocar, até as 20 horas, somente música acústica, sem banda, sem espaço e ou possibilidade de dança.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais poderão exercer suas atividades de acordo com o respectivo alvará de funcionamento, com atendimento presencial até as 20 horas, desde que:

- I**- observem todas as medidas de natureza sanitária peculiares a cada atividade;
- II**- limitado a, no máximo 40% de sua capacidade;
- III**- coibam o trabalho de funcionários e proprietários integrantes do grupo de risco, gestantes, portadores de doenças crônicas ou imunodeficiência grave;
- IV**- organizem o fluxo de entrada e saída de pessoas, de forma a evitar o contato físico entre elas;
- V**- promovam o controle na área externa do estabelecimento a fim de evitar aglomeração em fila de espera, mantendo, se for o caso,

Assinado por 1 pessoa: SIDNEY DE OLIVEIRA POLONI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código BEFC-24C1-E028-A50F



Atos do Poder Executivo

colaborador para sua organização;

VI- assegure a ventilação e higienização completa do ambiente, em todas as suas áreas internas e externas;

VII- disponibilizem álcool em gel a 70% para os consumidores e máscara facial para os seus colaboradores;

VIII- executem a higienização frequente das superfícies de toques como máquinas de cartão, telefones e outros.

Art. 4º Fica autorizado o funcionamento das academias de ginástica até as 20 horas, desde que observados o alvará de funcionamento e as recomendações editadas pela Associação Brasileira de Academias – ACAD e as seguintes medidas sanitárias:

I - limitar a quantidade de clientes/alunos a, no máximo, 40% (quarenta por cento) da capacidade do estabelecimento;

II - vedar a participação em qualquer atividade física para pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais e/ou integrante do grupo de risco, gestantes, portadores de doenças crônicas ou imunodeficiência grave, salvo quando houver autorização médica;

III - utilização obrigatória, por todos os funcionários, equipe de limpeza, professores e clientes/alunos, de máscara de proteção facial;

IV – disponibilização de recipientes com álcool em gel 70% para uso dos clientes e colaboradores em todas as áreas da academia;

V - organizar os alunos/clientes em grupos de horários, de maneira que haja um intervalo de, no mínimo, 15 minutos entre um e outro, para limpeza geral e desinfecção dos equipamentos;

VI - exigir dos clientes/alunos uso de toalha própria, auxiliando a manutenção da higiene dos equipamentos;

VII - liberar a saída de água no bebedouro somente para uso de garrafas próprias;

VIII - posicionar kits de limpeza em pontos estratégicos das áreas de musculação e peso livre, contendo toalhas de papel que deverão ser descartadas imediatamente após o uso, bem como produto específico de higienização para que os clientes possam usar nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres e máquinas;

IX - autorizar o uso de apenas 40% dos armários e dos aparelhos de cárdio de modo intercalado;

X - desativar o uso de digital nas catracas para ingresso no estabelecimento;

XI - respeitar as medidas sanitárias para que os clientes/alunos possam tomar banho na academia.

Art. 5º O funcionamento das atividades físicas e técnicas em quadras desportivas de gramado sintético, e as quadras de tênis, devem observar o alvará de funcionamento, o limite de horário até as 20 horas e as seguintes medidas sanitárias:

I - limitar a quantidade de usuários a, no máximo, 40% (quarenta por cento) da capacidade do estabelecimento, por turno de treinamento;

II - treinamento personalizado para crianças e adultos com no máximo 60 anos de idade;

III - vedar a participação, em qualquer atividade física, de pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais e/ou integrante do grupo de risco, gestantes, portadores de doenças crônicas ou imunodeficiência grave, salvo mediante apresentação de autorização médica;

IV - utilização obrigatória, por todos os funcionários, equipe de limpeza, professores e alunos de máscara de proteção facial, bem como outros equipamentos de proteção individual (EPIs);

V – disponibilização de recipientes com álcool em gel 70% para uso dos alunos e colaboradores em todas as áreas do estabelecimento;

VI - organizar os alunos em grupos de horários, de maneira que haja um intervalo de, no mínimo, 15 minutos entre um e outro, para limpeza geral e desinfecção dos equipamentos e banheiros;

VII - exigir dos clientes/alunos o uso de toalha própria, auxiliando a manutenção da higiene dos equipamentos;

VIII - liberar a saída de água no bebedouro somente para uso de garrafas próprias;

Art. 6º Poderá haver jogo de futebol em campos ou quadras desportivas até as 20 horas, desde que respeite o alvará de funcionamento e as seguintes medidas:

I- respeitem a quantidade máxima de jogadores permitida dentro e fora dos campos ou quadras;

II- coíbam aglomerações;

III- proibam que duas equipes de horários diferentes permaneçam nas áreas comuns e da lanchonete.

Art. 7º O *buffet* e similares poderão funcionar até as 20 horas, devendo observar o alvará de funcionamento e as seguintes medidas sanitárias:

I - limitar a, no máximo, 40% de sua capacidade, respeitado o distanciamento de 1,5m entre as mesas;

II - obrigar os clientes e colaboradores a usar máscaras cobrindo o nariz e a boca, em todos os espaços do estabelecimento;

III - aferir, obrigatoriamente, com uso de termômetro eletrônico a temperatura corporal dos clientes e colaboradores, vedando o ingresso no estabelecimento daqueles que apresentarem temperatura igual ou superior a 37,6°C;

IV - disponibilizar recipientes com álcool em gel 70% para uso dos clientes e colaboradores em todas as áreas do estabelecimento;

V - promover o controle da área externa do estabelecimento a fim de evitar aglomeração em fila de espera, mantendo, se for o caso, colaborador para sua organização.

Parágrafo único. O *buffet* e similares deverão servir os alimentos da seguinte forma:

I- Serviço Empratado, servido direto nas mesas;

II- Serviço à Americana (*self-service*), o cliente deverá:

a) servir-se utilizando máscara facial;

b) higienizar as mãos com álcool em gel 70% e usar luvas descartáveis ou

Atos do Poder Executivo

c) ser servido por funcionário usando luvas e máscara.

Art. 8º Fica autorizado o funcionamento de brinquedos infláveis até as 20 horas, desde que observado o alvará de funcionamento, o limite de 40% de sua capacidade, intervalo para higienização dos brinquedos e demais medidas sanitárias para combate à COVID-19.

Art. 9º As atividades religiosas poderão acontecer presencialmente, respeitando, no mínimo, as seguintes medidas de combate à COVID-19:

I- limitar a, no máximo, 40% da capacidade da igreja e/ou templo, respeitando o distanciamento social;

II – higienização das mãos, na entrada e na saída do culto e/ou reunião, com uso de álcool em gel 70%;

III- uso obrigatório de máscara facial, cobrindo o nariz e a boca;

IV- proibir, sob a responsabilidade do organizador, a realização de atividades que impliquem em contato físico ou aproximação dos participantes;

V- adotar meios, como a redução do tempo da atividade e/ou aumento do número de cultos e/ou reuniões, a fim de garantir um intervalo mínimo de 30 minutos entre uma atividade e outra.

Art. 10 O funcionamento do Lago do Major, do Teleférico, e do Parque Municipal Edmundo Zanoni, inclusive as suas atividades internas, exceto o museu, deverão observar as medidas sanitárias para combate à COVID-19.

CAPÍTULO III

DAS PROIBIÇÕES E DAS OBRIGATORIEDADES

Art. 11 A visitação aos cemitérios do Município de Atibaia, no período das 7h às 17h, deverá observar as seguintes medidas sanitárias:

I- uso de máscara facial;

II – higienização das mãos, na entrada e na saída, com uso de álcool em gel 70%;

III- distanciamento social entre as pessoas de, no mínimo, de 1,5m;

IV- etiqueta social e respiratória.

Art. 12 Fica restrito o uso do velório municipal no período das 7h00 às 16h30, com a presença de, no máximo, 10 pessoas por sala, preferencialmente familiares, com tempo máximo de 4 horas para cada velório.

§1º O sepultamento será iniciado até as 16h30, com a presença de, no máximo, 10 pessoas, preferencialmente familiares.

§2º Durante o velório e o sepultamento será obrigatório o distanciamento social mínimo de 1,5m, o uso de máscara e observância da etiqueta social e respiratória.

Art. 13 Permanece proibido o uso de vias, logradouros e praças públicas para a realização de manifestações e atividades culturais, recreação, atividades religiosas, entre outras ações de cunho coletivo, no âmbito do Município de Atibaia, com exceção de atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 14 Permanece a obrigatoriedade do uso de máscaras cobrindo o nariz e a boca, em todos os espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços no Município da Estância de Atibaia.

Art. 15 Os cinemas poderão funcionar até as 20 horas, desde que respeite o protocolo de reabertura do setor de cinemas e as seguintes medidas sanitárias:

I- dar preferência a vendas de bilhetes online, remotas ou outros mecanismos de atendimento não presencial;

II- reduzir a densidade ocupacional das salas de cinema a 40% de sua capacidade;

III- manter os assentos intercalados, se necessário, podendo sentar-se a distância inferior a 1,5m os clientes que comprarem assentos conjuntamente, vedado a concentração de grupos com mais de 6 pessoas;

IV - disponibilizar recipientes com álcool em gel 70% para uso dos clientes e colaboradores em todas as áreas do estabelecimento;

V- proibir a entrada e permanência de pessoas que não estiverem usando máscara de proteção facial, cobrindo o nariz e a boca.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Art. 16 Os serviços essenciais especificados no Decreto Federal nº 10.282 de 20 de Março de 2020, que regulamentou a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, incluído as bancas de jornais, os serviços de chaveiro e de pet shops, as clínicas veterinárias e o comércio agropecuário, estão autorizados a exercer suas atividades de acordo com o respectivo alvará de funcionamento.

§ 1º São considerados serviços essenciais, para os fins deste decreto, os estabelecimentos que, dentre suas mercadorias, comercializam, efetivamente, no mínimo, 51% de produtos classificados como essenciais.

Atos do Poder Executivo

“Art. 3º

§ 2º Os estabelecimentos que permanecerem abertos deverão adotar medidas para evitar aglomeração nas áreas internas e externas do estabelecimento, de modo que as pessoas, inclusive os clientes e colaboradores, fiquem a uma distância mínima de 1,5m uma das outras, além de adotar medidas de assepsia, disponibilizando álcool em gel 70% a todos, sob pena de suspensão do alvará de funcionamento.

Art. 17 As feiras livres, diurna e noturna, deverão observar os protocolos de higiene, sob orientação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, de modo a prevenir a COVID-19.

Parágrafo único. As feiras noturnas poderão funcionar até as 20 horas, respeitado o alvará de funcionamento.

Art. 18 Os hotéis, pousadas e similares, deverão respeitar o limite de 40% de sua capacidade e observar as demais regras do Protocolo de Funcionamento resultante das tratativas mantidas pelo Governo Municipal, por meio da Secretaria de Turismo e o Atibaia e Região Convention & Visitors Bureau - ARC&VB, aprovado por meio da Circular nº 02/2020 de 04 de junho de 2020.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O descumprimento das regras gerais e/ou específicas determinadas neste decreto importará na suspensão do alvará de funcionamento, com imediato fechamento administrativo do estabelecimento.

Art. 20 A fiscalização das disposições deste decreto será exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Pública, que poderão trabalhar em conjunto com os demais órgãos de fiscalização e as forças policiais estaduais, por meio da aplicação de suas legislações específicas, que ficam autorizados a orientar a população a permanecer em suas casas e evitar aglomerações, podendo, para tanto, determinar a dispersão de pessoas ainda que em locais abertos e ao ar livre, inclusive em face do disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal.

Art. 21 Fica acrescentado o parágrafo único no artigo 3º do Decreto nº 9.128, de 17 de março de 2020, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Compete às Secretarias orientar seus servidores, bem como organizar os trabalhos, em seus âmbitos, de modo a evitar a concentração e a proximidade de pessoas no ambiente laboral, visando cumprir as medidas de combate a COVID-19, observada a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, do Ministério da Economia, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e o Ministério da Saúde.

Art. 22 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 Revogam-se:

I- o Decreto nº 9.454, de 04 de fevereiro de 2021;

II- os §1º e §2º do artigo 3º do Decreto nº 9.128, de 17 de março de 2020.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “FÓRUM DA CIDADANIA”, 01 de março de 2021.

Emil Ono
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Silvio Ramon Llaguno
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Sonia Cristina de Carvalho
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Décio Aparecido Mora
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

Sidney de Oliveira Poloni
SECRETÁRIO DE GOVERNO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BEFC-24C1-E028-A50F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SIDNEY DE OLIVEIRA POLONI (CPF 090.376.628-03) em 01/03/2021 13:09:42 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/BEFC-24C1-E028-A50F>